



## O que é o orçamento da UE?

Uma brochura publicada em Dezembro nos jornais *Público* e *Expresso*, explicando o orçamento da União Europeia para 2016, foi a última iniciativa de informação do Grupo Europeu do PSD

Pg. 07

## EDITORIAL CARLOS COELHO

### CADA UM POR SI ?

Num momento em que o combate político está ao rubro em Portugal foi bom ver a **Assembleia da República por unanimidade** condenar as **medidas adoptadas pela Dinamarca** relativas aos refugiados.

Essas medidas não são apenas **censuráveis** pelos fantasmas que levantam na memória europeia de segregação e confisco de bens. Elas traduzem a **perspectiva egoísta** de que se podem resolver problemas **"enxotando-os"** para o quintal do vizinho.

Na prática, a Dinamarca (e, infelizmente, alguns outros Estados-Membros) está a negar a evidência que precisamos de uma solução europeia e entrou no processo do **"salve-se cada um por si"**.

Isolados, porém, **não somos apenas mais fraccos**. Somos incapazes de dar uma resposta eficaz. E precisamos de o fazer de forma **solidária e ao nível europeu**. O problema é grave, está para durar e dispensa egoísmos nacionais ultrapassados.

E há sinais preocupantes na reacção aos refugiados, na reintrodução frequente de controlos nas fronteiras internas e em decisões que não estão alinhadas com a Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Uma vez mais **precisamos de mais Europa e mais solidariedade**.

## Cláudia Monteiro de Aguiar pede à Comissão Europeia esclarecimentos sobre a venda da TAP

Pg. 10

## Carlos Coelho contra aumento das taxas bancárias

Objectivo da Lei Europeia era baixar taxas para comerciantes e consumidores

Pg. 13

## Sofia Ribeiro e a formação Agrícola "Só com profissionais bem formados e qualificados teremos uma agricultura forte"

Pg. 04

# Refugiados: Nacionalismos em vez de solidariedade?

**C**arlos Coelho, na reunião de 14 de Janeiro, questionou o Comissário para a Migração, Assuntos Internos e Cidadania, **Dimitris Avramopoulos** sobre a **Crise de Refugiados**.

O social-democrata começou por lembrar que “necessitamos de mais solidariedade. A Comissão Europeia apresentou medidas correctas mas **há falta de resposta dos Estados-Membros**. Desde que aprovámos o mecanismo de recolocação, foram **apenas transferidas cerca de 272 pessoas**. Como podemos ultrapassar esta situação? Em Portugal, a sociedade civil já conseguiu criar capacidade para acolher pelo menos 600 pessoas. Portugal recebeu até agora 24 pessoas. **Estamos a dizer às pessoas que a solidariedade de que deram provas, afinal não vale a pena**”.

Carlos Coelho considerou também que “foram apresentadas iniciativas importantes no âmbito das fronteiras externas. Em Outubro, a Frontex pediu 775 funcionários a destacar pelos


*Estados-Membros. O Gabinete europeu de apoio ao asilo, pediu 374. Até agora pouco mais de metade desses lugares foram preenchidos. Quando é que invertemos esta situação? Por outro lado, faz sentido ter 165 oficiais da Frontex em Lesbos e apenas dois do Gabinete de Asilo? E o Eurodac está preparado para os desafios? Estão a ser disponibilizados os meios necessários ao registo rápido e eficaz de todos quantos atravessam as nossas fronteiras externas?”.*

O Deputado exigiu também garantias da Comissão sobre o espaço Schengen: “nós respeitamos o direito dos Estados-Membros reintroduzirem o controlo temporário nas fronteiras internas. Mas **pode a Comissão garantir que está a monitorizar o respeito pela lei?** Que, como temos ouvido, estão a ser feitos controlos de polícia que não passam de controlos dissimulados e fora da lei nas fronteiras?”

Carlos Coelho foi ainda crítico da de Lei sobre o confisco de bens de refugiados, aprovada

pelo Parlamento Dinamarquês.

**“Lamento a decisão que foi aprovada no Parlamento Dinamarquês que prevê o confisco de bens e de dinheiro de refugiados. Espero que a Comissão Europeia seja rigorosa na avaliação da sua conformidade com o Direito Comunitário e o Direito Internacional”.** Reiterando que “os Estados-Membros deveriam estar mais preocupados em contribuir para a adopção e a implementação de medidas europeias, de soluções conjuntas. **Medidas nacionais não resolvem esta crise e afectam, ainda mais, o Espaço Schengen!**”.


Carlos Coelho concluiu lembrando que “**a Europa precisa de mais eficácia e solidariedade**. Estas medidas parecem ter como único objectivo dissuadir os refugiados de procurar asilo na Dinamarca. Ou seja, **trata-se de “empurrar” para os vizinhos aqueles que fogem da guerra e da violência. A Europa comum não se constrói assim.**” 



# Schulz e Daul apresentam ensaio de Paulo Rangel

**P**aulo Rangel apresentou o seu último ensaio *“Jesus e a política”* no Parlamento Europeu. O texto foi lido e apresentado pelo presidente do Parlamento Europeu, **Martin Schulz** e pelo presidente do PPE, **Joseph Daul**. Perspectivas coincidentes de dois destacados líderes políticos europeus de distintos partidos.

Schulz sublinhou que Jesus foi pioneiro ao promover a separação de poderes, entre o poder do Estado e o poder da Igreja, entre

divino e o civil. Jesus, segundo Schultz, é o inventor deste conceito. O presidente do Parlamento Europeu considera que *“Jesus é provavelmente o criador da democracia em que vivemos hoje em dia”*. Joseph Daul destacou as raízes cristãs da Europa e da dignidade humana enquanto razão de ser da política. O ensaio de Paulo Rangel inclui uma tradução em inglês e em francês e termina referindo que se trata apenas de reflexões feitas por um *“mau samaritano”*. 



## Plano Juncker – um desafio à mobilização de empresas, municípios e entidades locais

**O** eurodeputado José Manuel Fernandes aponta o *‘Plano Juncker’* como “uma grande oportunidade para mobilizar diferentes atores públicos e privados” ao nível da pequena escala local ou regional, para uma concertação de investimentos capaz de garantir ao território uma intervenção mais competitiva no contexto global.

Numa conferência sobre *“Investimentos Estratégicos para a Região”* que teve lugar em Esposende, José Manuel Fernandes considerou que o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE – conhecido por ‘Plano Juncker’) pode representar *“um desafio estimulante tanto para pequenas e médias empresas, como para territórios de menores dimensão e densidade económica e populacional”*.

Nesse sentido, o eurodeputado, que foi relator da comissão dos orçamentos para o FEIE, defendeu a criação de plataformas capazes de congregar vários atores, sejam de âmbito regional ou sectorial. O *‘Plano Juncker’* pode assim assumir-se como *“um fator adicional de incentivo à concretização de estratégias concertadas, juntando municípios, empresas, associa-*

*ções, comunidades e outras entidades locais de desenvolvimento”*.


José Manuel Fernandes fez questão de contrariar um *“falso mito”* criado em torno do FEIE: *“é verdade que foi concebido e desenhado para projetos e promotores de maior envergadura, mas não deixa de estar aberto aos mais pequenos, até porque não há limites mínimos de apoio”*.

Fez mesmo questão de recomendar o *‘Plano Juncker’* para as pequenas e médias empresas (PME) *“que queiram avançar com projetos sustentáveis para os quais não disponham de apoios comunitários nem financiamento a preços que permitam a sua viabilização”*.

José Manuel Fernandes esclareceu, no entanto, que o **FEIE não se destina a distribuir apoios a fundo perdido**, mas antes a garantir condições favoráveis de financiamento ou crédito, em que os beneficiários são também chamados a assumir riscos. Este fundo está dotado de 21 mil milhões de euros para servirem como garantia para permitir alavancar 240 mil milhões de euros para investimentos públicos e 75 mil milhões de

euros para as empresas. O eurodeputado sublinhou ainda que também a coesão territorial está garantida no regulamento do *‘Plano Juncker’* como um fator de discriminação positiva na avaliação dos projetos, a par da necessidade de colmatar as falhas de mercado. São também assegurados serviços de aconselhamento, que serão gratuitos para as entidades públicas e custarão às PME apenas 1/3 do preço real do serviço.

*“O FEIE constitui um enorme desafio uma vez que não faz alocações temáticas ou geográficas. Os governos, os territórios, os beneficiários e interessados para acederem ao fundo têm de ser proativos. É importante, urgente, definir-se o que se pretende, a articulação de fundos, a procura de sinergias, a criação de valor acrescentado”*, desafiou José Manuel Fernandes.

Na conferência participaram também o Presidente da Câmara de Esposende, Benjamim Pereira, o Vice-Presidente da CCDR-N, Carlos Neves, os Presidentes das associações empresariais ACICE, José Faria, e CEDRAC, João Albuquerque, e o Vice-Presidente do IPCA, Agostinho Silva. 

# Sofia Ribeiro reconhece e incentiva o trabalho das entidades formativas na Agricultura




**A** Eurodeputada Sofia Ribeiro promoveu em Bruxelas, um interessante debate intitulado *“A importância do ensino agrícola em Portugal e o papel das Instituições Europeias”*, numa iniciativa que considerou *“muito profícua e interessante, uma vez que pretendeu chamar a atenção para a importância do ensino agrícola num sector cada vez mais competitivo e exigente”*.

Esta mesa-redonda, co-organizada com a CAP- Confederação dos Agricultores de Portugal, contou com a participação de diversos representantes do ensino agrícola do continente e dos Açores, nomeadamente Universidades, Politécnicos, Escolas Profissionais e, no caso dos Açores, o Governo Regional, Universidade dos Açores e Associação Agrícola de São Miguel. Segundo Sofia Ribeiro *“esta iniciativa é a primeira de muitas nesta área que pretendo realizar ao longo do meu mandato, promovendo a aproximação entre o sector agrícola e o sector educativo.*

*Só com profissionais bem formados e qualificados é que teremos uma agricultura forte, inovadora, sustentável, competitiva e com ainda maior capacidade de ombrear com o que de melhor se faz no mundo.”*

De facto, o sector agrícola atravessa uma situação de crise e de alguma indefinição, uma vez que são esperadas medidas mitigadoras pela Comissão Europeia e ainda não se assistiu a uma estabilização dos mercados, especialmente no caso do leite. Para a Eurodeputada *“muitas vezes é aproveitada esta eventual falta de conhecimento e informação dos produtores para os responsabilizar pelos problemas do sector. Na minha opinião tal não é correcto, apesar de reconhecer que um agricultor com maiores qualificações/formação terá naturalmente uma maior resiliência, uma maior capacidade para enfrentar uma situação de crise, pois conseguirá utilizar todas as ferramentas e instrumentos disponíveis. Actualmente, a exigência dos tempos leva a que os agricultores sejam muitas*

*vezes produtores, técnicos, gestores e comerciais, entre outras actividades”*.

A finalizar a sua intervenção, Sofia Ribeiro afirmou que *“num país em que cerca de 50% dos agricultores têm a quarta classe, apenas 10% são licenciados e cerca de 85% tem idade igual ou superior a 55 anos, importa criar condições para inverter esta situação. É fundamental trazer mais jovens para o sector e rapidamente, pois estes terão muito a ganhar com os mais experientes através de uma aprendizagem não formal, no terreno, mas também com mais qualificações formais. Importa tornar este sector tão atractivo quanto o sucesso que tem demonstrado nos últimos anos. Só assim conseguiremos manter o excelente nível que a nossa agricultura tem demonstrado. Com esta iniciativa pretendi divulgar o excelente trabalho desenvolvido por todas estas entidades e perceber as suas principais dificuldades, para que possa apoiá-las, no âmbito das minhas funções”*. 

# Terrorismo: atacam-nos porque somos livres!

O Parlamento Europeu debateu, em Estrasburgo, a **luta contra o terrorismo e radicalização** após os **ataques em Paris**.


**Carlos Coelho** começou por constatar que *"vivemos hoje com medo, como que se a nossa segurança tivesse sido posta em causa. E foi. E os nossos valores atacados. E foram. Temos por isso de agir. Mas **Liberdade e Segurança não são conceitos opostos. Em bom rigor não há liberdade sem segurança nem segurança sem liberdade**".* No entanto, acrescentou, *"quando estamos em situações de emergência são necessárias medidas excepcionais mas apenas pelo período estritamente necessário para neutralizar a ameaça. Já no longo prazo temos de procurar as medidas necessárias e proporcionais para combater a ameaça"*.

O social-democrata sublinhou por isso que *"num tema tão sensível como o combate ao terrorismo, **exige-se uma frente unida**. Os extremos já tentam polarizar a discussão. Compete pois aos moderados não ceder ao caminho fácil e **combater eficazmente estes criminosos preservando os nossos valores essenciais, como os Direitos Fundamentais ou o espaço Schengen**".* E lembrou as suas declarações do início deste ano, na sequência dos ataques à publicação *Charlie Hebdo*, *"de que servem novos instrumentos ou reforço dos existentes, se o seu futuro for o mesmo*



**Carlos Coelho** começou por constatar que *"vivemos hoje com medo, como que se a nossa segurança tivesse sido posta em causa. E foi. E os nossos valores atacados. E foram. Temos por isso de agir. Mas **Liberdade e Segurança não são conceitos opostos. Em bom rigor não há liberdade sem segurança nem segurança sem liberdade**".*


*daquelas que aprovamos até aqui: serem pouco ou nada usados?"* Carlos Coelho foi taxativo concluindo que *"no calor do momento, compete aos decisores agir com ponderação*

*e não esquecer a razão por que nos atacam: somos livres. **Ceder nos nossos valores fundamentais seria conceder uma vitória aos terroristas**".* 

## Rangel promove seminário sobre referendo Britânico

**Paulo Rangel**, na qualidade de presidente do think tank do Grupo PPE EIN ([www.ein.eu](http://www.ein.eu)) organizou no passado mês de Novembro um **debate sobre o referendo britânico**.

Participaram no debate os Deputados ao Parlamento Europeu, Charles TANNOCK, conservador britânico do Grupo Conservadores e Reformistas Europeus,

Richard CORBETT, trabalhista britânico da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, David McALLISTER, Deputado do PPE e presidente da delegação EU-Estados Unidos. Os *'FOOD FOR THOUGHT' SEMINARS* são iniciativas mensais que visam promover a discussão de ideias sobre temas de actualidade europeia e decorrem durante a hora do almoço. 



# Carlos Coelho subscreve a necessidade de medidas para pessoas com deficiência

O Deputado **Carlos Coelho** subscreveu, a pedido da CERCICA, a Declaração Parlamentar Escrita sobre a **promoção de sistemas de ensino inclusivos**.

Os Deputados instam a Comissão Europeia a **“encorajar os Estados-Membros a investirem na educação, a fim de alcançar as metas da Estratégia Europa 2020 e da CNU-DPD e de promover a compilação de dados fiáveis”** e sublinham que **“o acesso à educação e a permanência no sistema de ensino reforçam a igualdade de oportunidades, a inclusão social e as oportunidades de emprego”**.

A Declaração recorda que **“a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia prevê, no artigo 21.º, a não discriminação e, no artigo 26.º, a integração das pessoas com deficiência**.



**o direito das pessoas com deficiência à educação. A aplicação de sistemas de ensino inclusivos já deu resultados positivos nos Estados-Membros”**.

O texto da Declaração sublinha que **“os sistemas de ensino inclusivos são caracteriza-**

**dos, entre outros, pelos seguintes aspetos: mecanismos para o diagnóstico precoce de necessidades educativas especiais (NEE); a garantia de apoio personalizado qualificado; a acessibilidade de programas escolares universais, TIC, material didático e serviços de apoio; a participação dos alunos com NEE em todos os graus de ensino, nomeadamente na educação após a escolaridade obrigatória e no ensino superior; mecanismos que facilitem a transição dos estabelecimentos de ensino especial para os estabelecimentos de ensino regular, bem como do ensino para o emprego; formação de professores e profissionais”**.

Uma Declaração Parlamentar Escrita é um mecanismo que permite, mesmo na ausência de um debate, que mais de metade dos Deputados mandatem o Presidente do Parlamento a exprimir em nome deste, as preocupações que constam no seu texto.

Uma Declaração Parlamentar Escrita é um mecanismo que permite, mesmo na ausência de um debate, que mais de metade dos Deputados mandatem o Presidente do Parlamento a exprimir em nome deste, as preocupações que constam no seu texto.

## Fernando Ruas questiona Comissão Europeia sobre barreiras alfandegárias impostas pela Turquia ao comércio europeu

O Eurodeputado **Fernando Ruas**, na qualidade de membro da Comissão de Comércio Internacional questionou a Comissão Europeia, conjuntamente com o seu homólogo Pedro Silva Pereira, relativamente à introdução de **barreiras não tarifárias impostas pela Turquia**.

Tais barreiras têm constituído **um claro obstáculo à entrada de produtos têxteis e calçado europeu** neste país, nomeadamente,

pelos medidas adoptadas pelo governo turco, de aumento inesperado das tarifas, do não reconhecimento de certificações europeias e exigência de novas reconhecidas pelas autoridades turcas, bem como de um excesso de carga administrativa e burocrática verdadeiramente intolerável.

A grande maioria das empresas afectadas pela introdução destas barreiras comerciais são provenientes de países do sul da Europa,

tal como Portugal, Espanha e Itália e, por essa razão, o Eurodeputado Fernando Ruas questionou a Comissão Europeia no sentido de saber se tem conhecimento desta situação e quais as acções e medidas que pretende adoptar para **impedir este proteccionismo turco e para proteger e apoiar as empresas europeias que exportam este tipo de produtos**, no quadro do Acordo de União Aduaneira que regula as relações da UE com a Turquia desde 1995.

# Orçamento UE 2016

**C**omo se aprova o orçamento? Quanto recebe Portugal? Quais as áreas em que o Orçamento de 2016 foi reforçado? O que é o Plano Juncker?

Estas e outras dúvidas mais frequentes que os portugueses colocam sobre o Orçamento da União, foram respondidas de forma simples e directa pelos Deputados do PSD no Parlamento Europeu (GEPSD) através de uma **brochura de informação aos cidadãos sobre o orçamento da União Europeia para 2016**.

Esta brochura foi amplamente publicada nos Jornais *Público* e *Expresso* de 20 de Dezembro de 2015 e constitui a única informação dirigida ao grande público produzida em Portugal sobre o orçamento europeu. Uma vez mais é o PSD a **aproximar Portugal da Europa** em campanhas com indiscutível valor pedagógico e informativo.

O Orçamento da União cujo relator foi o social-democrata **José Manuel Fernandes** foi aprovado em finais de Novembro pelo Parlamento Europeu e consagra um reforço na promoção do emprego, do crescimento e da solidariedade. O Presidente do PSD, **Pedro Passos Coelho**, considerou que *“este Orçamento dá à União Europeia os meios necessários para que possa cumprir os compromissos decorrentes da estratégia Europa 2020. Permite criar condições para aumentar a competitividade das empresas, designadamente das pequenas e médias empresas, promovendo a criação de emprego de qualidade em toda a UE, com destaque para o emprego dos jovens e dotando de recursos financeiros adequados o programa de investigação e inovação Horizonte 2020”*.

A Brochura **“Orçamento UE 2016”** está disponível em: <http://psdeuropa.eu/texts/index/33>.



## 12 Milhões de euros por dia para Portugal

O Orçamento da UE para 2016 foi aprovado e o relator no Parlamento Europeu foi um português social-democrata, o deputado José Manuel Fernandes.

As prioridades que estabeleceu ficam conhecidas pelos 3 E's: **Emprego, Empresas e Empreendedorismo**, com aceno tónico no reforço da competitividade da economia mas também no reforço de dotações para a **coesão** e a **solidariedade** interna e a solidariedade externa que é acentuada por força da crise migratória e do acolhimento dos refugiados.

Nem sempre temos consciência que as estradas onde passamos, a água

que bebemos, o tratamento das águas residuais, as creches, as escolas, os lares, os hospitais, a investigação e a inovação, a formação profissional, as bolsas de estudo, os programas de apoio à juventude, à agricultura, às pescas e às PME são financiados pelo orçamento da UE.

Traduz-se em mais de **150 mil milhões de euros** em dotações de autorização.

Portugal garante com este orçamento cerca de **12 milhões de euros por dia**.

Espera-se que estes recursos sejam utilizados para continuar a avançar o **crescimento da economia de Portugal a criar emprego**, a reforçar a nossa **capacidade exportadora** e a promover a **coesão territorial**, social, e a **igualdade de oportunidades**.



**Pedro Passos Coelho**  
Presidente do PSD

O Parlamento Europeu, através de um **novel trabalho** do seu relator, o deputado português do PSD **José Manuel Fernandes** (que, aliás, já tinha sido o relator do **Plano Juncker**), aprovou o Orçamento da União Europeia para 2016 que **consagra a criação de emprego** como prioridade central.

Este Orçamento dá à União Europeia os meios necessários para que possa cumprir os compromissos decorrentes da **estratégia Europa 2020**.

Permite criar condições para aumentar a **competitividade das empresas**, designadamente das pequenas e médias empresas, promovendo a criação de **emprego de qualidade** em toda a UE, com destaque para o **emprego dos jovens** e dotando de recursos financeiros adequados o programa de investigação e inovação **Horizonte 2020**.

Estes são meios particularmente importantes para apoiar o **crescimento da economia portuguesa**.

O Orçamento consagra ainda os meios necessários para responder aos desafios decorrentes da **crise migratória** e apoios de emergência a produtores agrícolas, em especial aos **produtores de leite**.

É caso para nos congratularmos com o trabalho realizado pelo Parlamento Europeu e pelos Deputados do PSD em prol da UE, dos **cidadãos europeus e de Portugal**.

### Como se aprova o orçamento?

A União Europeia dispõe de orçamentos anuais que vigoram desde 1 de Janeiro a 31 de Dezembro. Esses Orçamentos anuais não podem ter défice.

O Orçamento anual deve igual-

mente respeitar o QUADRO FINANCIÁRIO PLURIANUAL (QFP) que é estabelecido por um período não inferior a 5 anos (o actual QFP vigorará de 2014 a 2020).

A Comissão apresenta um projecto de orçamento base nessa perspectiva e faz alterações de acordo com o Conselho. Esse Orçamento anual não pode ter défice.

Quando as leituras do Parlamento e Conselho diferem, segue-se um período de conciliação para que se obtenha um acordo.

Esse acordo é confirmado no Conselho de Ministros ECOFIN e no Parlamento em sessão ple-

### O Orçamento para o Emprego e a Solidariedade

O Orçamento para o Emprego e a Solidariedade representa 155 mil milhões de euros.

Este orçamento destina-se a apoiar o crescimento da economia portuguesa.

### PLANO JUNCKER (FEIE - Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos)

O plano Juncker representa 16 mil milhões de euros.

O plano Juncker destina-se a apoiar o crescimento da economia portuguesa.

# Cláudia Monteiro de Aguiar discute Turismo e Segurança na sede da Organização Mundial do Turismo (OMT)




**C**láudia Monteiro de Aguiar é a convidada de Taleb Rifai, Secretário-Geral da OMT, a Agência das Nações Unidas responsável pelo Turismo, com sede em Madrid, para uma reunião para debater a questão Turismo e Segurança. Esta primeira reunião tem como objectivo recolher contributos para a preparação de um Manual e Plano de Acção de resposta à insegurança e instabilidade mundiais, devida aos atentados terroristas, aos desastres naturais, que sucedem com mais frequência, e às pandemias.

Este Manual que identifica e analisa os impactos destas catástrofes no desenvolvimento do Turismo tem como **principais destina-**

**tários** os Destinos e as Autoridades Gestoras do Turismo. Esta reunião de alto nível conta ainda com a presença de 86 Delegações dos Estados-Membros, parte das Nações Unidas, e respectivos Ministros do Turismo.

Na sua intervenção a Eurodeputada do PSD afirma que *"todos os destinos devem ter na sua estratégia de desenvolvimento um **Plano de Gestão de Crises**, porque nada nem ninguém está imune a uma catástrofe natural ou provocada pelo Homem"* destacando *"que minimizar os efeitos da mesma e recuperar a imagem do Destino só é possível caso os Destinos tenham um conjunto de instrumentos ao seu dispor, nomeadamente um Grupo de Resposta Rápida de*

*Gestão de Crises, um Manual sobre como agir durante e pós-catástrofe e uma colaboração estreita e permanente com todas as entidades que desenvolvem o seu trabalho na protecção civil"*. Numa altura em que a Europa continua em alerta máximo para o Terrorismo, Cláudia Monteiro de Aguiar sublinha que *"este Plano deve incluir ainda um **Manual de apoio ao Turista**, que deve ser informado sobre a melhor forma de agir em situações deste tipo"*.

O programa da Deputada conta ainda com uma visita a uma das maiores Feiras Europeias do Turismo, a FITUR, que se realizou na mesma cidade, seguida de um encontro com a equipa da OMT, para discutir futuras iniciativas. 



# Jovens desafiados a ajudarem a UE a manter-se como a região mais solidária e com melhor nível de vida do Planeta

**O** Eurodeputado José Manuel Fernandes desafiou os jovens para uma intervenção política ativa e despida de preconceitos na missão de assegurar uma resposta mais forte e efetiva aos grandes desafios que se colocam atualmente a Portugal e à União Europeia.

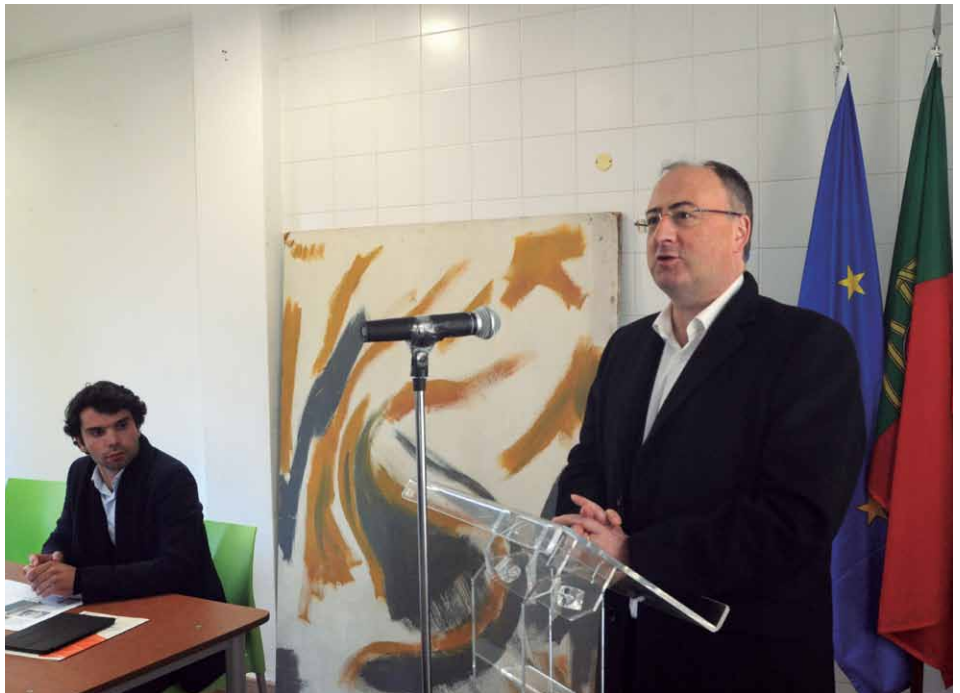
Intervindo na Pousada da Juventude em Campo do Gerês, Terras de Bouro, no âmbito de uma ação de formação organizada pela distrital de Braga da JSD, José Manuel Fernandes reconheceu a existência de sinais preocupantes no seio da União Europeia, nomeadamente com o regressos de nacionalismos e extremismos, acompanhados de recusa de mais solidariedade e partilha, mas recusou uma visão pessimista.

***“Espero que a vossa geração ajude a que a União Europeia continue a ser a melhor região para se viver e a mais solidária do Planeta”,*** declarou o eurodeputado, numa sessão subordinada ao tema ***“Portugal e a Europa. Passado e Presente. Que Futuro?”***.

Lembrando o processo de construção europeia depois dos horrores das guerras mundiais, José Manuel Fernandes manifestou a confiança na ***“capacidade da Europa para reagir e dar a volta às situações mais problemáticas e complexas, mesmo que infelizmente isso aconteça só no último momento e mais por medo do que por convicção”***.

Apesar dos grandes desafios do presente, José Manuel Fernandes vincou que a União Europeia continua a dispor de recursos e instrumentos privilegiados, aproveitando para reiterar a aposta europeia na juventude, ***“a geração que maior atenção merece na Estratégia Europa 2020”***. A reforçar a ideia, o relator do orçamento da UE para 2016 apontou o reforço de verbas do Erasmus +.

***“A juventude é uma prioridade clara nas políticas da União Europeia. É aos jovens que cabe um papel importante para que a UE seja capaz de se rejuvenescer e ser competitiva”,*** afirmou, apontando o envelhecimento da população portuguesa e europeia como um dos grandes desafios atuais, a par




**José Manuel Fernandes manifestou a confiança na “capacidade da Europa para reagir e dar a volta às situações mais problemáticas e complexas, mesmo que infelizmente isso aconteça só no último momento e mais por medo do que por convicção”**

do fenómeno da globalização, da escassez de recursos e do crescimento demográfico no Planeta.

Na defesa dos valores humanistas, sociais e ambientais e dos benefícios de uma Europa mais forte pela unidade da sua grande diversidade, José Manuel Fernandes enalteceu a estratégia ***“Europa 2020”***, assente em políticas que promovam um crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo. Ou seja, que ***“promova um desenvolvimento assente na investigação e na inovação, na proteção e valorização do ambiente e na criação de mais emprego”***.

Na jornada que juntou dezenas de jovens de todo o distrito e contou ainda com intervenções dos deputados Nuno Matias - sobre ***“Técnicas de comunicação”*** - e Carlos Abreu Amorim - sobre ***“41 anos de democracia! Onde falhámos?”*** -, José Manuel Fernandes fez questão de realçar os benefícios da construção europeia.

***“A juventude é a geração europeia que melhor pode viver e beneficiar das vantagens do espaço Schengen, da moeda única, das políticas económicas de responsabilidade, da sustentabilidade e defesa do ambiente, de uma sociedade tolerante e de liberdade”,*** sustentou o eurodeputado. 

# Eurodeputada do PSD pede esclarecimentos a Bruxelas sobre a reversão da venda da TAP

A eurodeputada Cláudia Monteiro de Aguiar **solicitou** à Comissão Europeia **esclarecimentos sobre uma possível violação das regras da concorrência da União Europeia** comunitárias de exploração **de serviços aéreos na União Europeia (UE) na reversão da venda da TAP ao consórcio** Atlantic Gateway.


Cláudia Monteiro de Aguiar, na carta enviada, informa a Comissão que a TAP foi vendida ao consórcio Atlantic Gateway no passado dia 12 de Novembro, um acordo que contemplou a venda directa de 61% do seu capital. No passado dia 18 de Dezembro, o actual Primeiro-Ministro Português, afirmou em Bruxelas que a TAP **"volta para o Estado mesmo sem acordo com o consórcio"** uma vez que pretende retomar 51% do capital da mesma, voltando o Estado Português a ser o maior accionista. Na altura da venda a TAP apresentava sinais claros de falta de liquidez e investimento, necessários ao funcionamento da companhia aérea.



**A Deputada social-democrata quer esclarecimentos de Bruxelas tendo em conta as regras da concorrência da União Europeia se o Estado Português poderá injectar dinheiro na TAP e se a afirmação do Primeiro-Ministro poderá por em causa a atracção de investimento directo estrangeiro.**

As 3 perguntas, de Cláudia Monteiro de Aguiar, foram enviadas às Comissárias Europeias responsáveis pelos Transportes, Violeta Bulc, pela Concorrência, Margrethe Vestager e pelo Mercado Interno, Elżbieta Bieńkowska.

Perguntas à Comissão:

- (1) *Se tem conhecimento sobre esta intenção do Estado Português e que comentários faz a estas declarações, tendo em conta que poderá por em causa a atracção de investimento directo estrangeiro, tão importante para o crescimento da economia Portuguesa?*
- (2) *Caso a TAP tenha como maior accionista o Estado Português e necessite de capital, exigirá uma reestruturação, tal como sucedeu em 1994, com os consequentes cortes no número de postos de trabalho, o congelamento de salários, a supressão de rotas e do número de aviões?*
- (3) *Tendo em conta as regras da concorrência da União poderá o Estado Português injectar dinheiro na TAP?* 

# Crise de Refugiados: Carlos Coelho pergunta a Juncker porquê a lentidão na resposta

O Deputado **Carlos Coelho dirigiu uma pergunta prioritária ao Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker**, sobre os atrasos na **reinstalação dos refugiados**.

O Deputado recorda que **"a Comissão propôs redistribuir 160.000 refugiados. Só em Outubro cerca de 218.000 pessoas entraram pela Grécia e, dos primeiros 40.000, apenas 116 refugiados foram recolocados até ao dia 3 de Novembro"**.


Carlos Coelho sublinhou que **"desde o início ficou evidente que apenas com uma forte mobilização da sociedade civil**

**poderíamos fazer face aos desafios que se colocam. Em Portugal a resposta foi imediata, com um exemplo paradigmático na Plataforma de Apoio aos Refugiados que agrega um conjunto de organizações disponíveis e com conhecimento na recepção de refugiados"**.

Dando voz a muitas cartas e mails que tem recebido, o Deputado social-democrata diz: **"várias organizações e também cidadãos solidários têm-me dirigido perguntas sobre a demora de operacionalização do mecanismo. Com uma vasta estrutura montada no terreno, cada vez mais frustrados e preocupados com as condições que os refugiados poderão**

**ter de enfrentar no Inverno que se avizinha, apela à importância de agir rapidamente"**.

Por tudo isto, Carlos Coelho pergunta a Juncker:

- "1. A que se deve este atraso na implementação das Decisões do Conselho?"**
- 2. O que é necessário para assegurar a sua rápida implementação?"**
- 3. Durante este período, o que podem fazer Organizações Não Governamentais e também cidadãos voluntários?"** 

# Sofia Ribeiro defende estabilidade nas políticas da União

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** participou na Conferência Interparlamentar sobre “**Estabilidade, Coordenação e Governança Económica na União Europeia**”, que decorreu no Luxemburgo, numa iniciativa da Presidência do Conselho. A Eurodeputada fez parte da equipa de cinco elementos do PPE, que participou neste evento que juntou à mesma mesa os altos dirigentes políticos europeus, nomeadamente Eurodeputados, membros da Presidência Luxemburguesa, Deputados dos Parlamentos Nacionais e Membros da Comissão Europeia.

Para Sofia Ribeiro “*ser um dos membros desta delegação do Parlamento Europeu nesta importante iniciativa é, para mim, por um lado, mais um sinal de reconhecimento do trabalho que tenho vindo a desenvolver nas Comissões que integro, neste caso específico a Comissão do Emprego e Assuntos Sociais e é, obviamente, também uma ótima oportunidade de discussão de alguns pontos que considero fundamentais para a governação económica da União neste momento de dificuldade que atravessamos, com a questão do equilíbrio orçamental, dos refugiados, da segurança e defesa, entre outros. Este é um momento decisivo para o arranque do Semestre Europeu e levo destas reuniões muitos contributos que serão fundamentais para o meu trabalho com este relatório, bem como, deixei a minha posição sobre o que deverá ser o futuro da União.*”


Durante os trabalhos a Eurodeputada defendeu que “**o diálogo social é a peça-chave para que se garanta o equilíbrio social**, para que se apliquem medidas que promovam a competitividade e que sejam, ao mesmo tempo, socialmente justas, já que estas políticas de coordenação e orientação económica têm como fim último o crescimento, o emprego e o combate à pobreza, levando a uma **melhoria das condições de vida dos cidadãos europeus**. No meu entender, devemos centrar a discussão em temas como a **formação e criação de competências**, pois a Europa tem de continuar a investir em ferramentas que permitam aos jovens e restante população, a adaptação aos novos desafios do mercado de trabalho. Só assim será possível aceder, cada vez com mais sucesso, a empregos justamente remunerados e de qualidade. Os Estados-Membros devem também continuar a empenhar-se nas suas reformas



**A Eurodeputada Sofia Ribeiro defendeu que “o diálogo social é a peça-chave para que se garanta o equilíbrio social, para que se apliquem medidas que promovam a competitividade e que sejam, ao mesmo tempo, socialmente justas...”**

estruturais de modo a que se crie um **ambiente favorável à actividade das empresas, especialmente as PME, com o objectivo de se garantir a criação destes novos postos de trabalho**”.

Sofia Ribeiro terminou as suas declarações afirmando que “**é necessário reforçar a dimensão social da União Económica e Monetária**. Mais do que estarmos a discutir a convergência dos sistemas sociais, temos de pensar em medidas duradouras que garantam a estabilidade social em cada Estado-Membro. Não nos podemos esquecer que os europeus querem, acima de tudo, ser capazes

de prever e de poder decidir sobre as suas vidas, o que significa que não podemos estar constantemente a alterar as políticas europeias, criando instabilidade e incerteza. Só quando chegarmos a um acordo europeu e de aceitação generalizada dos conceitos-chave das políticas económicas e sociais europeias, como são exemplos questões como o **dumping social, trabalho precário, salário mínimo europeu**, entre outros, é que daremos o passo em frente e estaremos finalmente a contribuir para uma **verdadeira construção da identidade europeia**. No meu entender, estas reuniões foram um importante passo neste sentido.” 

# Sofia Ribeiro afirma “o leite corre nas veias dos Açorianos” e distribuiu leite dos Açores na Comissão de Agricultura do PE

No âmbito da Missão aos Açores da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu da iniciativa de Sofia Ribeiro a eurodeputada afirmou “o leite corre nas veias dos Açorianos” e distribuiu leite dos Açores na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu

Foi apresentado e discutido, na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, o relatório da sua Missão aos Açores, numa sessão em que a Eurodeputada Sofia Ribeiro manifestou uma **“enorme satisfação e orgulho”**, como organizadora desta iniciativa.

Durante a sessão intervieram, juntamente com Sofia Ribeiro e Ricardo Serrão Santos, os Deputados que participaram na missão aos Açores, destacando-se o seu Presidente Cezław Siekierski, o Vice-Presidente Eric Andrieu, o Coordenador do PPE Albert Dess. Para a Eurodeputada “a ida desta comissão aos Açores serviu para se inteirarem dos problemas que os produtores de leite atravessam neste momento, ficando assim claro para todos, **as enormes dificuldades que as regiões ultraperiféricas têm para desenvolver a sua atividade agrícola”**.


A visita decorreu entre 2 e 5 de Novembro, tendo a comitiva percorrido 4 ilhas Açorianas e contactado com os representantes de todo o sector agrícola, nomeadamente os produtores, a indústria e a comercialização. Paralelamente tiveram reuniões institucionais com o Governo Regional e a Assembleia Legislativa Regional. Segundo Sofia Ribeiro, todas estas iniciativas permitiram verificar *in loco* **“a impossibilidade da diversificação agrícola por motivos edafo-climáticos, geológicos e geográficos, dupla periferia, entre outros”** tendo acrescentado que estas limitações resultaram na **“especialização da produção de leite, e permitam-me que o afirme, uma produção de excelente qualidade.”**



Apesar de reconhecer que as consequências do embargo russo e do fim das quotas estão a por em causa a sustentabilidade de toda a frágil economia regional, que está assente na produção de leite e de toda a sua fileira, Sofia Ribeiro afirmou que **“não quero que fiquem com a ideia de que o problema é meramente económico. Não é. É também um problema social e familiar, de ocupação das zonas mais rurais e periféricas, de promoção da biodiversidade e de respeito pelo meio ambiente, pela capacidade de resistir à construção desenfreada em bons campos agrícolas e também por questões históricas e culturais”**.

Para Sofia Ribeiro **“o leite corre nas veias dos Açorianos e os nossos animais passam os dias em liberdade nas nossas verdes pastagens. Seria uma tremenda injustiça, uma enorme traição de todos nós se não agirmos e não permitirmos que se mantenha esta produção nos Açores. Não pensem que estamos a pedir sempre algo, que ao termos uma discriminação positiva, ou-**

**tros serão prejudicados. Não se trata disto. Apenas pedimos que se cumpram os tratados, nomeadamente o artigo 349 do TFUE que prevê medidas excepcionais para as RUP. Neste momento, com todos os constrangimentos que temos, não conseguimos produzir em igualdade de circunstâncias com outras regiões europeias, nem conseguimos ser competitivos”**.

Ao finalizar a sua intervenção, a Eurodeputada afirmou que **“espero que esta missão traga os frutos que os Açores necessitam, pressionando a Comissão Europeia para a tomada de medidas a curto prazo para este sector. Peço também o vosso apoio na melhoria e dotação do importante programa específico para a agricultura das regiões ultraperiféricas, POSEI, que deverá ser revisto já em 2017. Trouxe para todos os membros da COMAGRI, uma pequena amostra da qualidade do leite dos Açores, neste caso produzidos pela Unileite, uma importante indústria que pertence a uma cooperativa agrícola. Espero que apreciem.”** 

# Carlos Coelho questiona o aumento das taxas bancárias

O Deputado **Carlos Coelho** apresentou, em Bruxelas, uma **pergunta prioritária** à Comissão Europeia sobre o **aumento das anuidades dos cartões de débito** por parte da banca portuguesa.


Com a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2015/751 do PE e do Conselho, de 29/04/2015, fixaram-se limites máximos para as taxas cobradas por pagamentos efectuados com cartões de débito e crédito. Os limites máximos são fixados em 0,2% para os cartões de débito e em 0,3% para os cartões de crédito.

Carlos Coelho refere que *“um dos objectivos desse Regulamento é contribuir para poupanças quer para os comerciantes quer para os consumidores. Os retalhistas obtêm poupanças através do pagamento de taxas mais baixas, devendo essas poupanças ser repercutidas pelos comerciantes nos consumidores, através de preços de venda mais baixos”*.

O social-democrata lembra que aquando da discussão do Regulamento a Comissão Europeia referiu que *“poderia argumentar-se que a redução das taxas de intercâmbio encorajaria os bancos a aumentar as comissões cobradas aos titulares de cartões”*, mas disse *“não haver provas de uma tal ligação”*.

Todavia, em Portugal, **alguns dos bancos decidiram aumentar o preço da anuidade dos cartões de débito** dos clientes, o que **corresponde a um aumento de 20% acima da inflação**, justificando esse aumento com a descida dos preços das taxas cobradas aos comerciantes por decisão da Comissão Europeia.

Perante esta situação, o Deputado Carlos Coelho perguntou à Comissão Europeia:

- **“Tem a Comissão Europeia conhecimento desta situação?”**
- **Mantém a CE a sua convicção de que os bancos não vão usar o pretexto da legislação europeia para aumentar as suas taxas?**
- **Que pensa a Comissão Europeia fazer para que actos legislativos europeus para a regulação do mercado não tenham como consequência o aumento de custos para os consumidores?”** 



Carlos Coelho referiu que *“poderia argumentar-se que a redução das taxas de intercâmbio encorajaria os bancos a aumentar as comissões cobradas aos titulares de cartões”*, mas disse *“não haver provas de uma tal ligação”*.

# Sofia Ribeiro defende o reforço da fiscalização da ZEE das Regiões Ultraperiféricas

**A** Eurodeputada Sofia Ribeiro defendeu a necessidade de **“mais meios para as Regiões Ultraperiféricas procederem à correcta monitorização e fiscalização das suas zonas económicas exclusivas, pois claramente esta é uma lacuna presente que está a levar a uma perda de recursos e de rendimento para as comunidades piscatórias destas regiões, para além de colocar em causa a exploração sustentável destes recursos e consequentemente da biodiversidade”**

A Eurodeputada interveio na qualidade de vice-presidente do Intergrupo Mares, Rios, Ilhas e Zonas Costeiras, no evento intitulado **“O que pode a Europa fazer para uma melhor governança internacional dos Oceanos”**, que teve lugar no Parlamento Europeu e que contou com a presença, entre outros, dos Açorianos João Aguiar Machado, Director Geral da DG dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e Ricardo Serrão Santos, Eurodeputado. Para Sofia Ribeiro **“as Regiões Ultraperiféricas acrescentam à Europa uma enorme dimensão marítima e marinha que compreendem zonas económicas exclusivas no Atlântico, costa a costa, e no Índico. Mas se ainda possam restar dúvidas, basta percebermos que entre os oradores deste painel contamos com três pessoas dos Açores, Região que juntamente com a Madeira, representam cerca de metade da ZEE da União Europeia. No caso dos Açores, a nossa ZEE estende-se até cerca de 1 milhão de km<sup>2</sup>.”**

A Eurodeputada lembrou a enorme participação das RUP no âmbito da recente consulta pública sobre a Governança Internacional dos Oceanos lançada pela Comissão Europeia, referindo que tal facto demonstra que estas regiões estão muito atentas e que **“privilegiam e exigem uma governação dos oceanos mais próxima e regionalizada, pois apesar de integradas no bem comum, devemos deixar a quem está mais perto, as políticas de gestão e a exploração dos seus recursos, ou pelo menos, permitir uma maior participação dos responsáveis dos governos das RUP nestas estruturas de decisão, pois como todos sabemos cuidamos sempre melhor do que é nosso.”**




A Eurodeputada dos Açores referiu alguns exemplos da disputa dos mares entre Portugal e Espanha e também da disputa da gestão dos recursos marinhos, entre o Governo Regional e o Governo da República, afirmando ter a certeza de que **“algumas das riquezas marítimas e marinhas são ainda desconhecidas”**. Para Sofia Ribeiro **“Não podemos perder mais tempo. Há que saber explorar este potencial de crescimento sem nunca colocar em causa a sua sustentabilidade. No entanto, devemos reconhecer que em muitos casos, quer os Estados-Membros, quer as RUP não tem condições técnicas, humanas, tecnologia e equipamento avançado, para que possam tirar o maior proveito desta quase infindável riqueza. Muitas vezes são países terceiros, ou EM sem tradição nos assuntos do mar que exploram e investigam, com todos os benefícios que daí advêm para os próprios, em troco de**

**quase nada. Por exemplo, relatam-me casos de navios de investigação que realizam missões nos Açores, cujos resultados das mesmas são “escondidos” até dos investigadores nacionais que participam destas expedições. Não faz qualquer sentido.”**

Fazendo uma alusão ao estipulado na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, na qual se definiu uma ZEE de 200 milhas que deveriam ser da gestão das próprias RUP, a Eurodeputada referiu que **“neste momento é óbvia, quer por incapacidade ou mesmo por negligência, a não fiscalização da exploração de recursos nesta área tão extensa. É por esta razão que há muitas situações de abuso, de sobreexploração de recursos, o que compromete a sustentabilidade e o desenvolvimento económico das RUP, pois normalmente esta exploração ilegal por parte de outros, tem**

impacto em diversos sectores económicos, como é o caso da pesca”, afirmando que “há casos e refiro-me aos Açores, de pescadores que colocaram o Estado em tribunal para que este seja obrigado a fiscalizar e para serem ressarcidos pelos prejuízos causados pela ausência desta fiscalização, pois defendem que há **embarcações estrangeiras que estão a aproveitar o facto de alguns dos bancos de pesca que se situam dentro das 200 milhas serem zonas que oferecem alimento às espécies migratórias**, levando à exaustão de recursos e não permitindo que estas espécies cheguem a distâncias que as frotas locais as possam capturar”.

Sofia Ribeiro defendeu ainda que “a governação dos oceanos deve também **considerar a existência de ecossistemas frágeis, as chamadas zonas biogeograficamente sensíveis**, como as áreas marinhas protegidas, os montes submarinos, entre outros, limitando a sua exploração e gestão às frotas e ao poder regional. É neste sentido que gostaria de dar o exemplo de Maiotte, uma RUP que transformou toda a sua ZEE como um parque natural marinho, o que permitiu uma gestão regional e mais sustentável!”

Ao finalizar a sua intervenção, Sofia Ribeiro defendeu que “**não podemos olhar para o mar apenas como uma fonte de rendimento**. Devemos olhá-lo com o respeito que nos merece. Só conhecendo e investigando é que o poderemos respeitar e, como alguém já disse, o homem conhece mais do universo do que dos seus próprios oceanos. Já foi à lua, mas nunca às profundezas dos nossos mares. São óbvias as vantagens do envolvimento das RUP na gestão dos oceanos, pelo que é necessário encontrar novos modelos de governação, capazes de assegurar a presença dos actores mais capazes de implementar os princípios que as visões políticas preconizam. Sem dúvida que em matéria de governação do mar, as RUP serão actores decisivos e imprescindíveis, quer pelo seu posicionamento e condição, quer pelo conhecimento e compreensão do meio marinho que só a vivência e dependência secular proporciona. Quando a restante União Europeia olhava para o mar apenas como um meio para chegar a bom porto, já nas RUP se tirava o potencial dos recursos marinhos, desde a pesca, à exploração de recursos minerais, desde a energia à protecção da biodiversidade. **Portanto, as RUP, pela sua enorme e histórica dependência dos oceanos que as circundam, estabeleceram uma relação de respeito com o mar, numa simbiose perfeita entre o seu desenvolvimento e a exploração sustentável dos seus recursos.** 




## Fernando Ruas realiza visita oficial a Cabo Verde para averiguar os danos provocados pelas catástrofes naturais

Entre os dias 4 e 7 de Novembro, o Eurodeputado **Fernando Ruas** realizou uma **deslocação oficial a Cabo Verde**, com o objectivo de se inteirar dos trágicos efeitos causados pela erupção vulcânica que ocorreu no final de 2014 e pelas mais recentes inundações ocorridas no ano transacto.

Nas reuniões mantidas com as entidades institucionais cabo verdianas, o Deputado reafirmou o seu forte compromisso de continuar a acompanhar o processo

de reconstrução e reabilitação dos locais afectados, junto das instâncias europeias.

Foi nesse sentido que, ainda durante o mês de Novembro, Fernando Ruas **questionou, uma vez mais, a Comissão Europeia** sobre o acompanhamento da situação e os efeitos provocados pelas catástrofes naturais, bem como a necessidade de garantir a **atribuição de apoios suplementares ao país**, com o objectivo de devolver às populações daquela ilha as condições e qualidade de vida que merecem. 

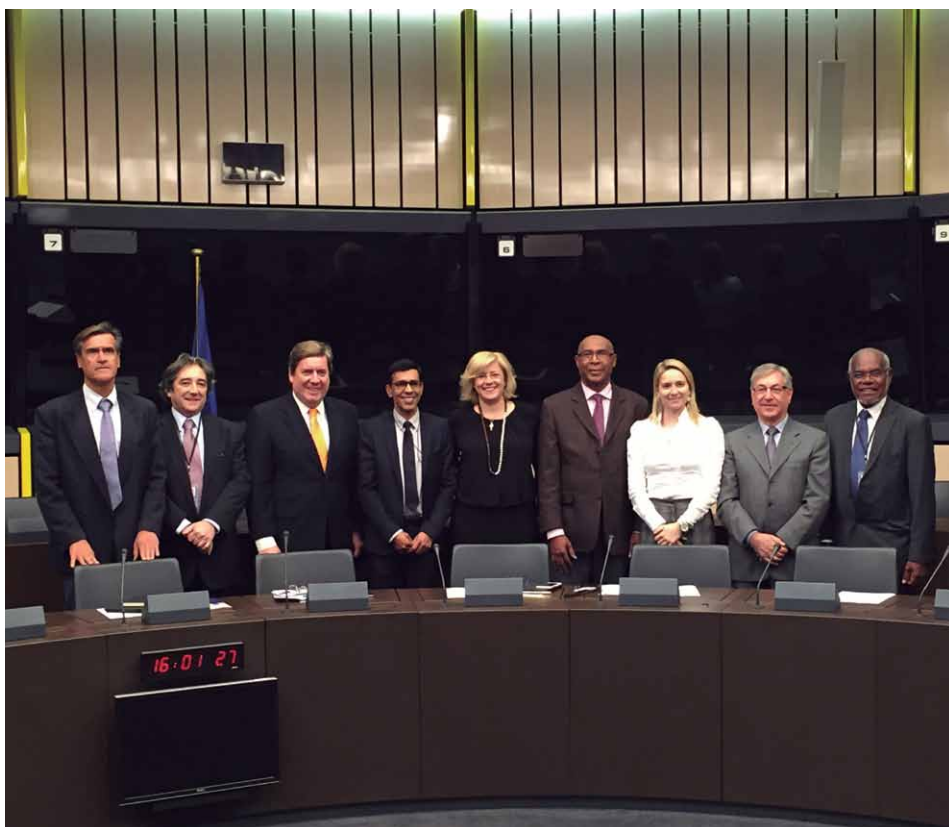
# Cláudia Monteiro de Aguiar reúne com Comissários Europeus Deputada do PSD defende flexibilização das ajudas de estado regionais

A Eurodeputada defendeu, em Estrasburgo, a flexibilização das ajudas de estado à escala regional para as Regiões Ultraperiféricas, possibilitando assim a existência de acessibilidades marítimas entre a Madeira e o Porto Santo ou entre a Madeira e o Continente.

Na reunião realizada esta semana em Estrasburgo entre os Deputados das RUP e os Comissários Europeus das Pescas e Assuntos Marítimos (Karmenu Vella) e da Política Regional (Corina Crețu), Cláudia Monteiro de Aguiar sublinhou que *“a Região Autónoma da Madeira já tentou por diversas formas retomar as ligações marítimas entre ilhas ou até avançar para a ligação ao continente mas todas as propostas foram recusadas pela Comissão Europeia por se tratarem de ajudas de estado ilegais”*.

O transporte entre ilhas não é economicamente sustentável e a Comissão Europeia também rejeita a possibilidade de serem concebidas ajudas de estado à escala regional. Perante estes factos, os cidadãos das RUP possuem dificuldades acrescidas de deslocação que também afectam gravemente as empresas localizadas nestes territórios europeus.

A Comissária da Política Regional salientou que *“a Comissão Europeia pretende trabalhar em conjunto com as Regiões Ultraperiféricas nos principais dossiers que irão ser apresentados brevemente, rever a estratégia de crescimento inteligente e sustentável assim como deve existir uma maior eficiência nas rotas marítimas por forma a evitar custos acrescidos para as RUP”*.



*“Temos de flexibilizar as ajudas de estado à escala regional para as Regiões Ultraperiféricas, facilitando assim a criação de novos programas de transportes entre ilhas como foi o caso das Auto-Estradas do Mar que muito contribuiu para a redução das assimetrias regionais e para o desenvolvimento económico da Madeira”* afirmou Cláudia Monteiro de Aguiar na reunião.

Por força do artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, as RUP devem ter direito a um tratamento diferenciado e de conjunto, o que lhes permite tirar partido do nível máximo de apoios, independentemente do seu nível de desenvolvimento, de forma a que as suas singularidades sejam suficientemente salvaguardadas. 